

Discursos políticos e o Socialismo do Século XXI na Bolívia, Equador e Venezuela (2004-2012)

Rafael Araujo¹

Resumo: A política sul-americana transformou-se na primeira década do século XXI. Presenciamos processos insurreccionais que fizeram dos movimentos sociais de novo tipo os protagonistas das lutas na região. Na Bolívia, no Equador e na Venezuela o recrudescimento da luta de classes propiciou a ascensão de governos que expressaram esse novo momento político. Nesse sentido, Evo Morales, Rafael Corrêa e Hugo Chávez simbolizaram a emergência de um novo momento político na América do Sul que foi marcado pelo ativismo social e contundentes transformações sócio-políticas. Diferentemente de outros períodos da história latino-americana, presenciamos nessa nova fase o abandono da luta armada, por meio da utilização da via institucional. Nesse quadro, a realização das Assembleias Constituintes e o fomento à democracia participativa foram instrumentos centrais das mudanças sociopolíticas. Além disso, assistimos à reivindicação de um novo tipo de socialismo, o socialismo do século XXI. Essa proposta começou a ser difundida na Venezuela entre os anos de 2004 e de 2006, com a radicalização da revolução bolivariana. A consolidação do chavismo e o êxito das outras insurreições populares sul-americanas também possibilitaram essa difusão. Realizamos neste artigo uma comparação da construção do Socialismo do Século XXI na Bolívia, Equador e Venezuela, por meio dos discursos políticos e programas de governos ocorridos nesses três processos políticos.

Palavras-chave: Socialismo do século XXI, discurso político e América do Sul.

Political Discourses and Socialism of the twenty-first century in Bolivia, Ecuador and Venezuela (2004-2012)

Abstract: The South American politics transformed the first decade of this century. Witnessed a set of processes that made insurrectionary social movements "new type" the protagonists of Struggles in the region. In Bolivia, Ecuador and Venezuela the intensification of the class struggle led to the rise of revolutionary governments. Evo Morales, Rafael Correa and Hugo Chávez symbolized the emergence of a new cycle politic in South America. Unlike previous periods of struggle, this new phase witnessed the abandonment of struggle armed, with the institutional. Also witnessed the completion of polling constituents and promote participatory democracy as a fundamental tool for political and social change. Moreover, we have seen demand for a new type of socialism, socialism of the XXI century. This proposal began to be widespread in Venezuela between 2004-2006, with the radicalization of the Bolivarian revolution. The consolidation of chavismo and the success of other popular uprisings in South America allowed its spread. We conducted this article a comparison of the XXI Century Socialism construction in Bolivia, Ecuador and Venezuela, through political speeches and government programs that occurred in these three political processes.

Keywords: Socialism of the XXI century, political discourse and South America.

¹ Professor do Unilasalle (RJ). Professor colaborador do PPGED/UFS. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos de História Política da América Latina (NEHPAL) da UFRRJ. Doutor em História pelo PPGHC/UFRRJ

Introdução

O início do século XXI na América do Sul foi marcado por um período de fortes contestações as instituições republicanas, a democracia representativa e as políticas econômicas neoliberais que se consolidaram na região ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Em consequência desse cenário, presenciamos distintos processos políticos nos países sul-americanos. Na Bolívia, sob a liderança de Evo Morales, no Equador, liderado por Rafael Corrêa e, sobretudo, na Venezuela, governada até 2013 por Hugo Chávez, presenciamos fenômenos políticos mais radicalizados, que definimos como revolucionários. Por outro lado, também ocorreram processos políticos mais moderados, que realizaram tímidas reformas sociais e econômicas, como os liderados por Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, na Argentina, ou pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil.

As contestações à democracia representativa e ao neoliberalismo culminaram na ascensão dos processos revolucionários boliviano, equatoriano e venezuelano, que marcaram um novo ciclo revolucionário na América do Sul. Diferentemente dos períodos anteriores, como entre as décadas de 1950 e 1970, nessa nova fase presenciamos o abandono da luta armada. A via institucional foi reivindicada como o caminho mais plausível para a gênese das revoluções, que foram marcadas pela realização das assembleias constituintes e pelo apoio à participação popular, sob a égide da democracia participativa.

Além das transformações políticas e sociais realizadas nesses três casos, a principal inovação para o debate acadêmico e político por eles propiciada residiu na teorização do socialismo do século XXI, difundido inicialmente na Venezuela a partir de 2004, em razão da radicalização da revolução bolivariana. Posteriormente, os êxitos eleitorais de Morales e Corrêa possibilitaram que o novo socialismo angariasse entusiastas na Bolívia e Equador.

O novo socialismo é de complexa definição. Nessa proposta, misturam-se variadas vertentes de pensamento e bandeiras políticas: marxismo (com todas suas vertentes!), humanismo cristão, keynesianismo, indigenismo, enfim, uma miscelânea de teorias e formas de analisar a realidade que nos impôs o desafio de fixar características para o novo socialismo.

Neste sentido, a imprecisão fez com que decidíssemos pela demonstração dos aspectos que compõem um *minimum* socialismo do século XXI. Para tal, fundamentamo-nos em discursos de mandatários e em seus programas de governo. Ao final deste artigo, apontaremos aspectos que acreditamos compor as suas características básicas.

Avaliamos que o novo socialismo é muito mais uma construção imaginária e simbólica do que real. Inegavelmente, ele age na consciência das massas de cada país ao propor a utopia do novo modo de produção e de novos valores culturais, não se tratando, entretanto, de uma nova experiência socialista.

Cremos que os três processos possuíram um viés nacionalista e esquerdista, resgatando a tradição nacional-estatista iniciada na América Latina na década de 1930 e aspectos do socialismo cubano, como a reivindicação do anti-imperialismo e da luta popular.

Ao contrário do que a grande mídia propaga, alimentando o senso comum, cremos que Cuba seja, apenas, um arquétipo de luta e resistência. Trata-se de um símbolo utilizado para a legitimação das melhorias sociais, como nas áreas de saúde e educação, mas não consistiu em um modelo político-econômico copiado e seguido por esses três processos. Cuba é uma referência, mas as três revoluções não reivindicam sua reprodução.

Como foi afirmado pelas três lideranças, não há uma fórmula que leve ao novo socialismo, porque ele é elaborado e reinventado continuamente. Entre as várias imagens criadas por Morales², Corrêa e Chávez, achamos interessante a fala do último sobre a construção do novo socialismo. A seguir, reproduziremos a declaração dele, a qual talvez sintetize nossas dificuldades na definição desse novo socialismo. De acordo com Chávez (2011):

Para construir o socialismo, temos de recordar Fidel. Em uma resposta que ele deu a Ignacio Ramonet: ‘Qual foi um dos maiores erros que você cometeu? E Fidel disse: ter imaginado que alguém sabia como se construía o socialismo’. Nesse ponto, Fidel tem muita proximidade com Mariátegui, quando afirma: ‘o nosso socialismo não deve ser cópia, nem criação heroica’. Muito robinsoniano, como dizia Simón Rodríguez: ‘não podemos copiar modelos. Ou inventamos ou erramos! Trata-se de uma invenção. Diria uma obra de arte (...)’ (CHÁVEZ, 2011, p. 372). (Tradução nossa.)

² Ao analisarmos a construção do Socialismo do Século XXI na Bolívia, nos remeteremos também aos discursos de Alvaro Garcia Linera, que é vice-presidente da Bolívia e um dos principais teóricos do Movimento ao Socialismo (MAS).

Para avaliarmos essa “obra de arte”, dividiremos este artigo em quatro partes: na primeira, resgataremos o passado do nacional-estatismo latino-americano. Explanaremos suas continuidades nas revoluções sul-americanas do início de século XXI; na segunda e terceira, abordaremos as características do novo socialismo, subdividindo a análise entre o seu imaginário e a estrutura econômica e, por fim, faremos uma breve consideração sobre os elementos que compõem um *minimum* socialismo do século XXI.

1.1. O nacional-estatismo e a América Latina

As décadas de 1930 e 1940 na América Latina foram marcadas por dificuldades econômicas. O crack da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929 e a Segunda Guerra Mundial cooperaram para uma conjuntura econômica desfavorável para a região, contribuindo para a ascensão de governos nacionalistas (URQUIDI, 2005). Vargas, no Brasil, Perón, na Argentina, e Cárdenas, no México, tornaram-se as principais expressões do fenômeno político latino-americano definido em nosso trabalho por nacional-estatismo.³

De acordo com Omar Acha, esses processos políticos notabilizaram-se por frear um ciclo revolucionário iniciado na América Latina na década de 1910 com a Revolução Mexicana. A esse período, marcado por críticas ao controle oligárquico das repúblicas, ao autoritarismo e à exclusão social, seguiram-se governos que frearam a possibilidade de revoluções, em virtude da conciliação de classes, que foi uma das marcas centrais do nacional-estatismo (ACHA, 2009).

Naquele momento, a oligarquia não tinha condições de perpetuar o seu domínio, e as insatisfações foram crescentes em distintos grupos sociais, como a classe média, os trabalhadores urbanos e a própria burguesia. Além disso, a Revolução Russa de 1917 e a crise econômica de 1929 preocuparam as oligarquias latinas em relação à possibilidade de ciclos revolucionários.

³ Em razão de não consistir o objetivo de análise deste trabalho, não abordaremos o fenômeno do populismo e o riquíssimo debate acadêmico que há sobre o tema no Brasil e na América Latina durante os últimos 60 anos. Vale ressaltar, no entanto, que o uso do termo populismo é vago e impreciso. Infelizmente, no Brasil e nos países vizinhos, falar de populismo significou estigmatizar e descaracterizar fenômenos políticos marcados pela participação popular, ainda que controlada, e por reformas sociais.

As lutas sociais entre as décadas de 1920 e 1930 representaram o repúdio à exclusão política e à inófia por variados segmentos sociais. Tal cenário possibilitou a ascensão de lideranças políticas que tiveram a tarefa de modernizar suas nações. Não se tratou, apenas, de evitar “revoluções à esquerda”.

Os impactos econômicos e sociais da crise de 1929 fizeram com que esses governos nacionalistas adotassem discursos e programas de governo que transformaram a América Latina. Argentina, Brasil e México foram os símbolos do processo de industrialização direcionado ao fortalecimento do mercado interno e à substituição dos produtos importados pelos nacionais (POZO, 2008).

A superação da crise de 1929 na América Latina contou com o abandono da concepção liberal da autorregulação econômica. Os variados governos latino-americanos seguiram o intervencionismo estatal na economia, principal marca do *New Deal*, elaborado por John M. Keynes, como fórmula para superar a catástrofe econômica iniciada em outubro daquele ano.

Passamos do crescimento econômico “voltado para fora”, sustentado nas exportações, para o crescimento “voltado para dentro”, caracterizado pela substituição de importações. Não abandonamos a tradicional venda de matérias-primas, fundamentais para a superação da depressão econômica, mas buscamos na industrialização um novo rumo. Assim, combinamos a Indústria de Substituição de Importações (ISI) com a recuperação dos mercados externos de matérias-primas. Isso permitiu que as nações latinas saíssem do *debacle* econômico em que se encontravam (THOMAS, 2009).

As mudanças econômicas foram consequência da ascensão de governos nacionalistas, como dissemos anteriormente. O repúdio ao liberalismo político-econômico possibilitou a chegada ao poder de lideranças carismáticas que estabeleceram contato contínuo e direto com as massas. Desse modo, além do intervencionismo estatal na economia, assistimos à emergência de um Estado forte, que interveio nos conflitos sociais e promoveu a legislação social (CAPELATO, 2001).

A emergência desses governos significou um marco na história latino-americana. Eles introduziram uma nova cultura política, marcada, grosso modo, pelas seguintes particularidades: intervenção do Estado na economia, reformas sociais, mobilização política e presença de um líder carismático que materializou o atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

Esse fenômeno ensejou transformações sociopolíticas não só de caráter revolucionário, mas modernizador e mobilizador. Foram atendidas as necessidades de sociedades que cresciam, se diversificavam e mudavam sua feição. Acreditamos que a fase nacional-estatista vivida na América Latina entre 1930 e 1960 se enraizou na cultura política da região, retornando em momentos variados, sobretudo de crise econômica.

Assim, uma das marcas da política latino-americana no século XX é o nacional-estatismo. Sua presença variou no tempo e no espaço, seguindo momentos históricos distintos, o que não o impediu de se tornar uma característica da região. A junção de mobilizações sociais, lideranças carismáticas e realização de reformas sociais marcou a história regional a partir da década de 1930 (REIS FILHO, 2001).

Assim, acreditamos que essa cultura política retornou na América do Sul em virtude da crise socioeconômica e do desgaste da democracia representativa ao final da década de 1990.⁴ Com isso, criaram-se as condições para que fosse iniciado um novo ciclo desse fenômeno na América do Sul.

Segundo Norberto Ferreras, os governos nacionais-estatistas no início do século XXI perpetuaram os seguintes aspectos históricos desse fenômeno: mobilização das massas, diálogo contínuo com bases sociais, reformismo social e engajamento político. As ações estatais direcionadas ao crescimento econômico e à distribuição de renda também são fundamentais nesses fenômenos (FERRERAS, 2011).

Acreditamos que o resgate da tradição nacional-estatista pelo chavismo, evismo e correísmo se notabiliza pela presença das características citadas e por duas inovações. A primeira refere-se a modificações significativas no agir político, por meio da radicalização da democracia, com a prática de referendos e plebiscitos. Com isso, o traço autoritário do nacional-estatismo é abandonado.

A segunda inovação consiste no discurso favorável ao novo socialismo. Como argumentamos anteriormente, esse projeto é multiforme e não tem uma definição clara, mas podemos compreendê-lo a partir de dois pontos: (i) a construção de um imaginário social coletivista, que defende novos valores éticos e morais para as três sociedades e (ii) veementes ataques ao neoliberalismo.

⁴ Para uma análise sobre a crise da democracia representativa na América Latina ao final da década de 1990, consulte: *Informe 2013 – Corporación Latino Barómetro*. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp> Acesso: Nov/2013.

Acreditamos que a defesa do novo socialismo figurou nos discursos daqueles mandatários como uma antítese ao neoliberalismo. Observa-se a defesa do capitalismo intervencionista e não mais o neoliberal. Por isso, assistimos nesses casos a nacionalização dos recursos naturais e ao fortalecimento do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento econômico. Isso derivou do fracasso das políticas neoliberais e da necessidade de diversificação das diretrizes econômicas, distanciando-se do pensamento único neoliberal. Assim, surgiu uma variedade de caminhos nacionais realizados por governos progressistas que retomaram o intervencionismo estatal na economia e a perspectiva desenvolvimentista (GAITÁN, 2011).

Nesse sentido, os governos de Evo Morales, Rafael Corrêa e Hugo Chávez redimensionaram as relações entre os setores público e privado. A ação estatal foi assumida como essencial para o crescimento econômico e a distribuição de renda. A ineficácia social dos governos neoliberais fez com que a retórica desenvolvimentista retornasse, ligando expansão econômica às políticas sociais (GAIATAN, 2011).

Dessa forma, as transformações nas diretrizes econômicas foram efetuadas com apoio popular e dentro dos marcos legais. Não existiu ruptura com o capitalismo, mas o fomento de diretrizes econômicas que almejavam a diversificação produtiva e a melhoria das condições de vida da população. As ruas, nesse contexto, transformaram-se em espaço de pressão e, sobretudo, do agir político (MORAES, 2011).

A seguir, avaliaremos os discursos e programas de governo do chavismo, evismo e correísmo. Neles poderemos observar nossas interpretações na análise do socialismo do século XXI. Perceberemos, também, que a reivindicação do socialismo é mais intensa na Venezuela, país que viveu um processo de luta de classes superior aos casos boliviano e equatoriano.

1.2. O imaginário do socialismo do século XXI na Venezuela

A bandeira do socialismo atua no imaginário social dos três processos políticos analisados. Sua reivindicação contribuiu para o combate ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que possibilitou a germinação de uma contracultura transformadora, a partir da difusão de novos valores éticos e morais.

Por meio do imaginário social, os objetivos, os medos e as ilusões de um povo são atingidos, e as sociedades podem delinear suas identidades e organizar sua história. Ele se expressa por ideologias, utopias, símbolos e mitos. Sua utilização define o

relacionamento dos indivíduos com as instituições, além de ser o meio para a conscientização dos homens, desencadeando a possibilidade de mudança da ordem vigente ou mesmo sua preservação (MORAES, 2012).

Os discursos mobilizadores e pretensamente revolucionários realizados por Morales, Corrêa e Chávez fundamentaram-se na utilização do imaginário socialista. Cremos que o socialismo foi reivindicado para sustentar o combate ao neoliberalismo, promovendo a participação popular e a democratização das instituições estatais.

Dos três casos, a Venezuela apresentou propostas mais concretas no intuito de construir um novo modo de produção. A defesa do socialismo ocorreu incisivamente nos discursos de Chávez e sua propagação foi constante nos meios de comunicação governamentais. Houve, igualmente, medidas concretas intencionando a alteração da estrutura produtiva venezuelana. Como exemplo, observamos os incentivos às Empresas de Produção Social (EPS) e o apoio à formação de cooperativas em comunidades, com o controle da produção e dos recursos a cargo de um conselho constituído pelos próprios moradores.

O socialismo do século XXI não foi um projeto do chavismo desde sua chegada ao poder, ao final de 1998. O Polo Patriótico, frente partidária e de movimentos sociais organizados em torno da figura de Chávez na eleição daquele ano, era composto por um conjunto de organizações sociais e partidárias marcado por variadas ideologias e formas de pensamento.

Nesse momento, a prioridade do movimento era a realização de uma assembleia constituinte. Chávez não tinha uma retórica favorável ao novo socialismo. Como veremos, ele coadunava com os princípios da terceira via, a qual emergiu com intensidade ao fim da Guerra Fria em 1991.

A radicalização do bolivarianismo, por sua vez, somente ocorreu após 2004, quando a revolução se consolidou, superando um momento de intensa luta de classes. Com isso, tivemos o fim da instabilidade política vivida entre a tentativa de golpe de Estado contra Chávez em abril de 2002, o “*paro*” petrolero entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 e o referendo de revogação do mandato presidencial de Hugo Chávez em agosto de 2004.

O êxito contra os grupos opositores e a vitória eleitoral de Chávez nas eleições presidenciais de 2006 mudou a correlação das forças políticas no país. Sustentado no maciço apoio popular, à época em torno de 60%, o presidente venezuelano exacerbou a retórica favorável à construção do socialismo bolivariano. A partir de então, essa

proposta se tornou constante no discurso chavista, sendo a terceira via abandonada pelo presidente venezuelano. Esses dois momentos podem ser constatados nas falas de Chávez a seguir:

(...) anteriormente, baseava algumas propostas na tese da terceira via (...) Mas, uma vez na presidência, vi a realidade, sobretudo após o golpe de abril de 2002. A ação imperialista, com aquele brutal boicote econômico, verdadeiro terrorismo, fez com que eu percebesse que o único caminho para a liberdade e independência é o do socialismo. Ele representa a redistribuição da riqueza e possibilidade de igualdade. O capitalismo, em sua essência, é o reino das desigualdades. Já o socialismo representa a igualdade e a justiça social. Minha transformação teórica derivou da maturidade e da prática dialética (...) o golpe foi um ponto de inflexão histórico. Foi o momento que levou a novas definições. Recordo, depois do golpe de abril, (...) que começamos a assumir uma atitude, em primeiro lugar, anti-imperialista. A primeira vez em que levantei essa bandeira publicamente foi em 2003. (...) Até então, nossa revolução não tinha assumido o anti-imperialismo como uma bandeira central. Passaram-se os meses. A sabotagem econômica, a ofensiva da burguesia, dos *pitiyanquis*, como chamamos a oposição, induziu a essa mudança. Evidentemente, ela também foi acompanhada de um conjunto de fatores, inclusive de ordem internacional, que se conjugaram e possibilitaram a revolução bolivariana reivindicar o socialista (...) (CHÁVEZ, 2012, p. 270-3). (Tradução nossa.)

O Discurso da Unidade, em dezembro de 2006, simbolizou a irreversibilidade da busca do novo socialismo. Segundo Chávez (2007):

(...) queremos construir o socialismo na Venezuela. Temos clareza de que o socialismo do século XXI não poderá ser construído sem transformação econômica, democracia participativa e ética socialista. O amor, a solidariedade e igualdade entre os homens e as mulheres são elementos fundamentais da construção do nosso socialismo (CHÁVEZ, 2007, p. 43). (Tradução nossa.)

Assistimos, ao mesmo tempo, ao resgate de variados conceitos e proposições científicas, dificultando uma aceção clara sobre os valores do socialismo bolivariano. Misturaram-se variadas maneiras de se analisar o mundo, que compuseram um mosaico teórico de difícil definição. Isso pode ser constatado nas seguintes falas de Chávez (2008, 2011):

Assumo minha responsabilidade. A única maneira de solucionarmos, definitivamente, o problema da pobreza e da exclusão é avançando pela via do socialismo e da igualdade de todos. Como um dia disse Bolívar: “Algum dia na Venezuela não teremos mais do que uma classe. Seremos cidadãos e teremos os mesmos direitos e deveres...”. Em nosso país, não poderá haver cidadãos de primeira, segunda e terceira. Somos todos filhos de Deus, da mesma pátria e do mesmo povo. Os obscenos

privilégios dos que se creem superiores devem terminar. Igualdade, igualdade. Isso vem lá de trás, do Cristo, nosso Senhor. “Amai-vos uns aos outros”, dizia ele (...). Cristo foi um dos maiores socialistas. O primeiro da nossa era. Judas é o maior capitalista, um exemplo do que é o capitalismo, o Judas. (CHÁVEZ, 2011, p. 60). (Tradução nossa.)

Voltemos, mais uma vez, a Bolívar quando disse: “Senhores legisladores, acolho com indulgência o que pede a minha consciência política e o meu coração. Rogo fervorosamente aos senhores em nome do povo. Que a Venezuela tenha um governo popular, justo e moralmente transformador lutando contra a opressão e anarquia. Um governo que faça imperar a inocência, a humanidade e a paz. Uma gestão que perpetre o triunfo da igualdade e liberdade”. Esses aspectos são, eu diria, núcleos vivos e poderosos do pensamento de Bolívar que impulsamos na construção do nosso socialismo bolivariano (...) ratificamos perante o povo o nosso compromisso de fazer triunfar, sob o Império de leis inexoráveis, a igualdade, liberdade e o desejo de governar obedecendo às prerrogativas do socialismo (...). Neste dia, reafirmamos que o socialismo é o único e verdadeiro caminho para a liberdade definitiva da nossa Pátria. É o caminho para o socialismo. Não existe outro caminho (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 14). (Tradução nossa.)

O discurso favorável de Chávez às transformações sociopolíticas contribuiu para a conscientização política dos venezuelanos. Isso possibilitou o robustecimento da luta de classes na Venezuela. A retórica socialista incidiu no início de alterações nos valores éticos e morais da sociedade venezuelana. A radicalização do bolivarianismo e a construção do imaginário socialista foram consequências disso.

Incidiu na elevação do nível de consciência dos venezuelanos um duplo ciclo. O primeiro, ao final da década de 1990, que foi marcado pelo desgaste popular com as consequências socioeconômicas do neoliberalismo e o esfacelamento do sistema democrático de Punto Fijo, vigente na democracia venezuelana entre 1958-1998. Fruto disso, tivemos a eleição de Chávez e o processo constituinte no ano de 1999, fundador da V República.

O segundo momento proveio da contundente reação popular à contrarrevolução. O auge da luta do chavismo contra os opositores ocorreu no período entre o golpe de Estado em abril de 2002 e a vitória de Chávez no referendo revogatório em agosto de 2004. As batalhas dessa fase consolidaram o apoio popular a Chávez e demonstraram o alto nível de consciência revolucionária dos venezuelanos.

Na Venezuela, as missões sociais e os *consejos comunales* (conselhos comunitários) consistiram em núcleos essenciais no projeto de construção do novo socialismo. Ambos materializaram a participação popular e a edificação da democracia participativa. Por isso, foram propagadas intensamente pelo chavismo.

Segundo Mariana Bruce, os *consejos comunales* consistiram em microgovernos locais. Eles foram estabelecidos no interior das comunidades

venezuelanas e possuíam caráter deliberativo/executivo sobre a gestão das políticas socioeconômicas locais. O objetivo dessa descentralização do poder é a construção do Estado Comunal venezuelano, articulado por federações ou confederações desses *consejos*. Com isso, presenciamos a possibilidade de edificação da “democracia participativa e protagônica” e de um desenvolvimento econômico autossustentável, ou seja, prerrogativas fundamentais para o surgimento de um novo socialismo (BRUCE, 2011).

A defesa do protagonismo popular foi fundamental para esse projeto. As missões sociais e os conselhos comunitários expressaram não apenas os meios para a radicalização da democracia, mas o próprio caminho para a construção do socialismo. Sobre a relevância do poder comunal, Chávez (2007) afirmou:

Há um tempo pensávamos em uma agressiva explosão do poder comunitário. Tenho muita fé que vamos conquistá-lo e ele será uma parte essencial da construção de um socialismo que não termine desmoronado, como foi com a União Soviética ou a Europa do Leste (...). Tenho muita fé na força e na consciência popular porque ela é acompanhada de moral e luzes, injeção de consciência, reforma constitucional, leis habilitantes etc. (...) (CHÁVEZ, 2007, p. 245). (Tradução nossa.)

Por outro lado, as Empresas de Produção Social (EPS) são fundamentais na edificação do socialismo venezuelano, pois elas materializam a possibilidade de transição para um novo modelo produtivo, simbolizando a organização das comunidades e dos trabalhadores. Posteriormente, ao debatermos sobre alguns aspectos econômicos do novo socialismo, retornaremos a essa questão.

1.3. O socialismo do século XXI na Bolívia

Na comparação realizada entre os discursos de Morales, Corrêa e Chávez, constatamos que o caso boliviano é o que possui a retórica menos constante na defesa do socialismo do século XXI. Prova disso é que o programa de governo do MAS na eleição de 2009, quando Morales foi eleito presidente pela segunda vez, mencionava o socialismo apenas duas vezes. Nos discursos de Morales, identificamos que a concepção de socialismo se associa ao comunitarismo indígena. O socialismo do bem viver é pleiteado para possibilitar a construção de um imaginário social de solidariedade e igualdade, marcado pelo predomínio das consignas indígenas.

Semelhante ao caso venezuelano, a defesa do socialismo na Bolívia derivou da antítese ao capitalismo neoliberal. Elementos da cultura indígena, como solidariedade, coletividade e respeito à natureza foram utilizados. A retórica socialista contrastou com valores do capitalismo, como o egoísmo, o individualismo e a valorização de bens materiais. Além disso, foi valorizado o intervencionismo estatal na economia e a representação coletiva. Já o controle das instituições estatais pelos indígenas fez com que os valores da sua cultura saíssem do “micro”, como as comunidades ou movimentos sociais, e se expressassem no “macro”, por meio das instituições estatais.

Nas palavras de Morales (2011):

(...) Quem pode, por exemplo, privatizar ou alugar a própria mãe? A terra não pode ser vista como uma mercadoria. Lamentavelmente, o capitalismo nos traiu e converteu a mãe terra a uma matéria-prima, portanto, uma mercadoria. Mudar essa mentalidade demorará (...). Somos indígenas e lutaremos contra os sistemas econômicos que privatizam nossos recursos naturais (...). Existem várias formas de vivência, como a comunitária e coletiva. Onde nasci, por exemplo, não existem propriedades privadas. A terra é comunitária. Todos a utilizam para o pasto ou na agricultura. Espero que a privatização não chegue nas comunidades, que são marcadas pela vida comunitária e coletiva (...) não construiremos nenhuma novidade no governo. Somente o *Viver Bem*. Almejamos a recuperação da vivência de nossos antepassados (...) a construção do socialismo comunitário, harmonizado com a mãe terra, é fundamental. Permanentemente se fala de socialismo. Concordo com isso, mas creio que precisamos melhorar sua concepção. Não se deve pautar, exclusivamente, pela defesa do homem. O socialismo deve permitir que a população compreenda a obrigação de viver em harmonia com a natureza, respeitando as formas de vivência comunitária e coletiva. (...) ele precisa incorporar as experiências dos povos indígenas na defesa Pachamama (...). Hoje, existem apenas dois caminhos: ou seguimos pelo do capitalismo, que é marcado pela morte, ou avançamos pelo indígena, o da vida, que é marcado pela harmonia com a natureza (MORALES, 2011, p. 3). (Tradução nossa.)

A visão de socialismo difundida na Bolívia fundamenta-se nas consignas indígenas. Os preceitos marxistas não são negados, mas reformulados e adaptados às demandas dos indígenas e camponeses. Para Linera, a proeminência das consignas indígenas foi consequência da não aceitação das temáticas desse grupo, principalmente, o uso comunitário da terra e a questão étnico-nacional pelos marxistas ao longo do século XX (LINERA, 2005).

A proposta de socialismo na Bolívia vincula preceitos marxistas a valores indígenas. O *ama suwa, ama llulla e ama q'ella* (não roubar, não mentir e não ser ocioso), que formam parte das bandeiras da cultura autóctone presentes na constituição

boliviana, demonstram essa vinculação. Presenciamos, igualmente, a reivindicação do coletivismo indígena como um modelo de organização da sociedade e da produtividade.

O socialismo boliviano também se relaciona com a democracia participativa. A atuação popular representa o caminho para o bem viver. Segundo Linera (2012):

As organizações comunitária, agrária e sindical do movimento indígena, com suas formas de deliberação em assembleias, a rotatividade dos ocupantes de cargos e o controle dos meios de produção são os centros da decisão política e econômica da Bolívia. Presenciamos, nos círculos de poder estatal, debates sobre a implantação das decisões derivadas das assembleias indígenas, operárias e de bairros. Os sujeitos da política e da institucionalidade transladaram dos sindicatos e das comunidades para os círculos de poder estatal (...) (LINERA, 2012, p. 1). (Tradução nossa.)

O imaginário socialista boliviano diferencia-se do construído na Venezuela durante o governo de Hugo Chávez. No primeiro, há uma contínua apropriação do passado e da cultura indígena e as demais vertentes teóricas, como o nacionalismo e o marxismo, o completam.

A tarefa de identificar os aspectos teóricos do socialismo venezuelano revela-se mais penosa na Venezuela. A evocação dos valores cristãos, iluministas, marxistas, por exemplo, proporciona um mosaico teórico de complexa definição. Nos discursos de Chávez houve uma constante reivindicação dos princípios iluministas difundidos pelos próceres da emancipação, que foram associados ao novo socialismo.

Há, no entanto, componentes importantes ao analisarmos o imaginário socialista desses dois casos. As críticas ao individualismo, ao egoísmo e à exploração do trabalho agem na consciência coletiva. Por mais que as duas propostas de um novo socialismo se distanciem do marxismo, a retórica socialista e a defesa da luta contra os grupos dominantes elevaram o nível de consciência da população, impulsionando as conquistas de direitos sociais e políticos.

A seguir, analisaremos o imaginário socialista no Equador. Como na Bolívia e Venezuela, o norte é a luta contra o neoliberalismo. Igualmente, sua definição é complexa, em virtude da utilização de inúmeras teorias na sua elaboração.

1.4. O imaginário socialista equatoriano

O discurso socialista no Equador assemelha-se ao boliviano e venezuelano. Há remissões à humanização das relações de trabalho, à solidariedade entre os homens e à

ação coletiva. Como nos outros casos, o individualismo e o egoísmo, intensificados no período neoliberal após a década de 1980, são negados. Nas palavras de Corrêa (2009, 2010):

Os referentes centrais do socialismo equatoriano residem no indivíduo, na solidariedade e na valorização do coletivo. A história nos ensinou que os homens precisam conquistar a justiça, a igualdade e a felicidade. O socialismo do século XXI herdou várias manifestações do marxismo, mas se confronta com os dogmas que a história se encarregou de enterrar e que apenas sobrevivem na nostalgia de poucos (...) (CORRÊA, 2009, p. 13). (Tradução nossa.)

(...) o revisionismo foi satanizado muitas vezes no marxismo. Temos a missão diária de revisar e reinventar nosso socialismo. Isso é o que buscamos com o socialismo do século XXI, o do bem viver, que praticamos no Equador, na Bolívia e na Venezuela (...). Esses processos estão em constante construção. Por isso, tratamos de dar respostas concretas aos problemas dos nossos povos (...). Defendemos a supremacia do ser humano sobre o capital. Essa é a maior consigna do nosso socialismo e consiste em uma reação à conversão do ser humano a uma simples mercadoria pelo neoliberalismo (CORRÊA, 2010, p. 36). (Tradução nossa.)

Como nos outros casos, não há profundas críticas à propriedade privada e inexistente o pleito de emancipação dos trabalhadores em relação à exploração do capital. A miscelânea teórica do socialismo equatoriano é intensificada com a incorporação do cristianismo e do indigenismo. O *sumak kawsay* (o bem viver) é constantemente evocado, e o combate à pobreza também é defendido a partir de pressupostos do humanismo cristão. A teoria socialista de Corrêa mistura variadas formas de pensamento, como na Venezuela. Por isso, sua definição é extremamente difícil.

De modo semelhante, o socialismo equatoriano é uma resposta ao neoliberalismo e suas consequências sociais. As demandas de justiça social, igualdade entre os homens e valorização do indivíduo aparecem nos discursos de Corrêa como uma reação à desigualdade social, intensificada nas últimas três décadas no país. No discurso correísta:

Nosso socialismo se sustenta em princípios, e não em modelos. Desconhecemos as respostas antes de realizar as perguntas, como presumiam o socialismo tradicional e o neoliberalismo. Possuímos um profundo humanismo, uma rigorosa ética e uma forte convicção democrática, amparada no pluripartidarismo. Desacredito que existam sociedades imutáveis, como defendido pelo socialismo tradicional ou pelo neoliberalismo. Os dogmas prejudicaram as organizações políticas de esquerda. O socialismo do século XXI se encontra em permanente construção e evolução. Por isso, negamos o dogmatismo (...) a riqueza do novo

socialismo é esta: sua constante evolução. Nosso socialismo não é único. Ele se adapta constantemente às realidades de cada nação e região. Isso é sua grande virtude. Respeitamos as especificidades de cada sociedade e cultura. Repudiamos receitas de uniformização dos processos políticos (...). Condensamos as ideias centrais do socialismo do século XXI nos seguintes pontos: (i) supremacia do ser humano e do trabalho sobre o capital; (ii) apego à democracia participativa. A verdadeira democracia não se exerce exclusivamente nas votações periódicas. Ela deve pressupor o controle social das instituições estatais e a participação da comunidade nas decisões coletivas (...); (iii) o bem viver deve ser construído com respeito à natureza e à Pachamama (...) (CORRÊA, 2009, p. 14-6). (Tradução nossa.)

O socialismo do bem viver intenciona relações harmoniosas entre os homens. A coletivização das decisões políticas e econômicas também consiste em objetivos centrais dessa proposta. O Estado foi visto como um agente indutor do desenvolvimento econômico e do bem comum no Equador. Para Corrêa (2007):

(...) O Estado é a representação institucionalizada da sociedade, por meio do qual ele realiza a ação coletiva. Pretender minimizar sua importância foi um dos grandes absurdos da longa e triste noite liberal. Pretender maximizá-lo foi um dos erros tangenciais do socialismo estatista. O inquestionável é a necessidade de um Estado eficiente, que aja em função do bem-estar. Temos a tarefa de libertá-lo do “sequestro” perpetrado pelas classes dominantes. Trabalhamos arduamente para isso. Esta foi a tarefa mais dura e menos visível, mas provavelmente a mais relevante: a profunda reforma do Estado equatoriano (CORRÊA, 2007, p. 10). (Tradução nossa.)

Como veremos na próxima parte desse artigo, o intervencionismo estatal na economia é fundamental nos três processos revolucionários analisados. Nesse sentido, analisaremos que a ação estatal resgata paradigmas do nacional-estatismo, não consistindo na transformação do modo de produção.

1.5. EPS, capitalismo de Estado e o novo modelo produtivo

Indicamos na primeira parte deste artigo que cremos na proximidade do socialismo do século XXI com a cultura política nacional-estatista. O chavismo resgatou o intervencionismo na economia contido nessa tradição e, assim, o Estado retomou o seu papel de agente fomentador do crescimento econômico.

As nacionalizações dos recursos naturais e das empresas públicas consistiram nos principais símbolos do fortalecimento da ação estatal na economia. Com isso, foram disponibilizados recursos para o investimento em programas sociais e para as tentativas

de diversificação das atividades produtivas. As revoluções na Bolívia e Equador, dessa forma, seguiram o caminho inicialmente traçado pelo chavismo.

O projeto de construção do socialismo do século XXI não repulsa o setor privado, mesmo o transnacional. As parcerias público-privada são consideradas fundamentais, pois exprimem a possibilidade de desenvolvimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda.

O regaste de políticas públicas desenvolvimentistas pelo socialismo do século XXI distancia essa teoria do marxismo. Nos discursos, encontramos a defesa do arrefecimento da exploração intensiva da mão de obra, típica das últimas duas décadas. Por isso, há o pleito da valorização do trabalho, sob a égide da harmonia capital-trabalho.

Avaliamos que a bandeira do socialismo foi desfraldada intencionando o repúdio ao neoliberalismo e a promoção da conscientização popular. As políticas estatais almejaram o crescimento econômico, sendo utilizadas para esse fim diversas táticas, tais como: (i) a associação e o auxílio estatal para empresas privadas; (ii) nacionalizações de empresas estatais outrora privatizadas e dos recursos naturais; (iii) fomento estatal às pequenas e médias empresas e (iv) apoio à produção comunitária e local. Esses quatro pontos são comuns aos três processos analisados. Podemos constatá-los nos seguintes discursos, iniciando por Corrêa (2007, 2009):

As transformações socioeconômicas equatorianas não seriam sustentáveis em longo prazo se não estivessem acompanhadas de mudanças na representação política, na organização territorial e estatal. As alterações no padrão de desenvolvimento derivaram da recuperação do protagonismo do Estado na sua relação com a sociedade e mercado, expressos, principalmente, na garantia de direitos sociais e na inclusão social. Revertemos a agenda neoliberal, a mesma que provocou a retração da ação estatal nas funções de coordenação e regulação da economia, bem como naquelas vinculadas à redistribuição da riqueza e busca da igualdade social (...) (CORRÊA, 2007, p. 8-9). (Tradução nossa.)

Segundo o “velho socialismo”, a eliminação da exploração do trabalho derivaria do fim da propriedade privada. Não acreditamos na estatização dos meios produtivos, que deve ocorrer em casos excepcionais, mas em sua democratização. Unimos nossa ampla visão de soberania aos nossos objetivos de desenvolvimento. Definimos setores estratégicos, como os vinculados à exploração dos recursos naturais não renováveis, sobretudo petróleo e minerais, que devem estar sob controle estatal e das suas empresas (CORRÊA, 2009, p. 33-4). (Tradução nossa.)

Nas palavras de Chávez (2007):

Nosso socialismo não exclui a propriedade privada, mas sim a reconhece. Inclusive, queremos dignificá-la, fazendo com seja reconhecida

pela sociedade enquanto um elemento central. Aspiramos a que os proprietários sejam respeitados e que aceitem conviver com o Estado, sua Constituição e com as propriedades coletivas. Intencionamos um sistema misto que equilibre o social, econômico, político e territorial e que seja construído por toda a sociedade. Convido todos os grupos sociais, sem exceção, para o nosso projeto (...) é um compromisso fundamental e estou trabalhando muito para isso (...) Não quero sair da presidência sem diversificar o nosso modelo produtivo (CHÁVEZ, 2007, p. 248-9, 250 e 257). (Tradução nossa.)

De acordo com Linera (2008):

Nosso governo está investindo, principalmente, na infraestrutura e no sistema produtivo. Realizamos mais obras de infraestrutura e construção de rodovias que as gestões anteriores (...). A ação estatal é fundamental para a pluralização das atividades produtivas (...). Ressaltamos também o financiamento estatal, por meio dos microcréditos para o pequeno produtor (...); Disseram que o governo do presidente Evo iria estatizar tudo. Isso é mentira. Nosso governo não é estatista. Temos um modelo que abrange os investimentos estatais e privados. Diferentemente dos anos neoliberais, o setor privado não é o líder, mas o Estado. O modelo nacional produtivo conjuga os investimentos privados, nacional e estrangeiro, e os estatais (...). O Estado está no controle da produção, e o investimento privado é fundamental para tal (...) (LINERA, 2008, p.16-7). (Tradução nossa.)

No caso boliviano, o capitalismo se sustentou no intervencionismo estatal e derivou de um sistema que une os capitais público e privado, contemplando também a economia comunitária dos indígenas. Em longo prazo, a economia comunitária simboliza o meio para a possível transição boliviana em direção ao socialismo do século XXI. Segundo Linera (2010):

O Estado integral aproveita soberanamente nossas capacidades e potencialidades como sociedade. Somos um país de pequenos produtores urbanos e rurais. Esses devem ser reforçados em suas capacidades tecnológica, associativa, creditícia e produtiva. A presença da economia comunitária é ampla em nosso país. Hoje, ela está asfixiada pelo colonialismo e pelo capitalismo depredador. Temos que romper essas cadeias que atormentam a estrutura comunitária e liberar as forças produtivas nele contidas. Temos, também, importantes setores da média e grande empresa que, igualmente, devem ser protegidos para consolidar sua atividade produtiva (...). A única maneira de proteger cada uma dessas esferas da economia plural boliviana é injetar recursos para o seu crescimento. Por isso, necessitamos da atuação estatal nas atividades nacionais estratégicas, permitindo a geração de um excedente econômico a ser reinvestido nas outras atividades produtivas (...). Se não fizermos isso, o excedente econômico ficará em poder dos estrangeiros, como assistimos há 180 anos. O fortalecimento da nossa sociedade reside na constituição de uma economia diversificada, sólida e com um forte mercado interno (...) (LINERA, 2010, p. 12) (Tradução nossa.)

Na Bolívia, o projeto de Economia Plural sedimenta a possibilidade de crescimento, pois conjuga os setores estatal, privado, comunitário e cooperativista. O socialismo é um objetivo distante, com sua reivindicação atuando no imaginário social, como vimos anteriormente.

Dos três casos analisados, o boliviano reivindica de forma mais direta o nacional-estatismo, bem como a necessidade da sua atualização. Isso pode ser visto, claramente, nas falas do vice-presidente boliviano. Segundo Linera (2008):

Uma das observações que nos fizeram alguns intelectuais e políticos sustenta que o Modelo Nacional Produtivo não é novo, mas que foi aplicado há alguns anos. A estrutura econômica boliviana teve um comportamento semelhante a de ondas que sobem e descem. No início do século XX, vivemos um período liberal. Esse foi substituído na década de 1950 pela ação estatal, que é distinta da vivida atualmente (...). A revolução de 1952 iniciou uma etapa econômica intitulada de nacional-estatismo. Ela nacionalizou as minas, distribuiu terras aos camponeses e criou empresas públicas. O nacionalismo revolucionário perdurou de 1952 a 1985 (...), quando foi substituído pelo neoliberalismo que privatizou as empresas do Estado, concentrou a riqueza em poucas mãos e concedeu às empresas estrangeiras os rumos da nossa economia. Essa fase entrou em crise em 2000 com as sublevações de indígenas, operários e classe média (...). Em 2006, um novo ciclo econômico foi iniciado, sendo denominado de nacional-produtivo (...). Ele durará, tenho a impressão, uns 20 ou 30 anos. Posteriormente, assistiremos a outra etapa de abertura dos mercados, pois os ciclos econômicos são assim (...). A América Latina está transitando por uma nova etapa, e o intervencionismo estatal na economia é fundamental (...) (LINERA, 2008, p. 6-7). (Tradução nossa.)

A interferência estatal nas relações socioeconômicas é o ponto forte na Bolívia governada pelo Movimento ao Socialismo (MAS). O socialismo é empregado como um símbolo de combate ao neoliberalismo e para legitimar a realização das reformas socioeconômicas. Além disso, o setor privado é considerado um aliado relevante para o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Tal perspectiva ocorre de forma análoga no Equador. Na visão de Corrêa (2009, 2007):

(...) Propomos em nossa Constituição três modelos organizativos para um novo sistema econômico: popular, privado capitalista e público. A economia social e solidária não nega o mercado, mas a sociedade deve regulá-lo (...) propomos uma arquitetura financeira que garanta independência, autonomia e a soberania para todos os países (CORRÊA, 2009, p. 34-5). (Tradução nossa.)

O Equador está aberto aos investimentos. Sou de esquerda, nosso governo é socialista, mas é um absurdo imaginar que no socialismo temos a negação do mercado e da propriedade privada (...) o setor privado possui a

maior parte dos empregos. Por isso, a complementariedade entre os setores público e privado é fundamental (CORRÊA, 2007, p. 63). (Tradução nossa.)

O socialismo do bem viver equatoriano também aglutinou princípios indígenas à tradição nacional-estatista latino-americana. O dirigismo estatal da economia e a associação público-privada são essenciais para o crescimento econômico e para ocorrência das reformas sociais. Os dois processos preveem, ainda, incentivos à economia popular, sendo isso mais incisivo no caso boliviano.

Na Venezuela, o *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista de la Nación (2007-2013)* sistematizou as diretrizes chavistas para a construção do socialismo do século XXI. Sua principal característica reside na existência de preâmbulos que apontam para a construção do socialismo venezuelano. A ação estatal consistiu num ponto fundamental desse projeto. As nacionalizações dos recursos naturais e empresas privadas, o fomento à organização produtiva comunitária, a criação da controladoria social e das Empresas de Produção Social (EPS) são apontadas como realizações importantes para a transição ao socialismo venezuelano.

A proposta do novo sistema produtivo baseia-se no fim da divisão do trabalho e no direcionamento da produção à satisfação das necessidades humanas. As instituições estatais cumprem o papel de guias e gestores desse projeto. De acordo com este plano:

O novo sistema produtivo promoverá o prazer no operário e buscará a eliminação da divisão social do trabalho, com o fim da sua estrutura hierárquica. Findaremos com o dilema existente entre a satisfação das necessidades individuais e a produção das riquezas. O modelo produtivo proporcionará a satisfação das necessidades humanas e estará menos subordinado à reprodução de capital (...). O Estado controlará as estratégicas atividades produtivas e direcionará o desenvolvimento econômico do país (Proyecto Nacional Simón Bolívar, 2006, p.22).

O projeto Simón Bolívar previu uma nova configuração produtiva. A geração, apropriação e distribuição dos excedentes econômicos se sustentam na união do Estado e da comunidade organizada. Sem essa configuração, é impossível a transformação do modelo produtivo. Para o chavismo:

O estabelecimento do socialismo se adequará ao funcionamento das novas formas de geração, apropriação e distribuição dos excedentes. A repartição da renda petrolífera refletirá a mudança dos valores coletivos e das formas de relacionamento dos indivíduos com a comunidade, a natureza e os meios de produção (...). Almejamos a unidade das forças produtivas e sua autonomia administrativa. Ambicionamos a gestão coletiva dos centros

industriais e a descentralização das suas decisões, permitindo que as comunidades locais ajam autonomamente (...).

(...) A modificação do modelo econômico é o único meio para acabarmos, definitivamente, com a pobreza. O capitalismo reivindica, enganosamente, o auxílio aos pobres. Devemos dar poder aos pobres para que eles acabem com a inópia. Essa é a única forma. Não há outra (CHÁVEZ, 2010, p. 15). (Tradução nossa.)

A distribuição da renda petrolífera para atividades produtivas e programas sociais, como as missões sociais, materializou a divisão dos excedentes econômicos estatais. A nacionalização do petróleo, associada à elevação do preço internacional do seu barril após 2003 (entre janeiro de 2003 e dezembro de 2013, o valor do barril de petróleo, em números aproximados, saltou de US\$30 para US\$108, sendo que em 2008 o barril alcançou o valor de US\$ 140), propiciou um excedente de divisas. Com o crescimento do PIB, o chavismo teve condições de financiar programas sociais e produtivos. O Estado, dessa forma, tornou-se um fundamental agente do desenvolvimento socioeconômico. Nas palavras de Chávez (2011):

Devemos utilizar as divisas provenientes da exportação petrolífera em variadas atividades produtivas. Assim, fomentaremos a agricultura, o desenvolvimento industrial, agroindustrial, científico e tecnológico. O seu aproveitamento possibilitará o cancelamento da dívida social, o desenvolvimento humano, a melhoria dos sistemas de saúde, educação e seguridade social (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 120). (Tradução nossa.)

A natureza capitalista da Venezuela não foi transformada. Por mais que a interferência estatal na economia consista em um dos seus traços marcantes, nem mesmo presenciamos no país o Capitalismo de Estado⁵.

O predomínio das empresas privadas, por sua vez, foi comprovado nos dados do IV Censo Econômico venezuelano de 2011, o último desse tipo ocorrido no país. Das 471.922 unidades econômicas ativas, 93,2% pertencem ao setor privado. O Censo Econômico demonstrou, também, a importância das missões sociais. À época, existiam na Venezuela 31.937 unidades econômicas públicas. Dessas, 28.400 consistiram em

⁵ O Capitalismo de Estado pode ser definido como uma fase do capitalismo na qual o Estado emerge como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital. É marcado pelo papel do Estado na coordenação da divisão do trabalho, por meio da centralidade da produção nas mãos do setor público, ao qual cabe também o papel de planejamento das atividades produtivas. A apropriação da mais-valia nessa forma do capitalismo passa para as mãos do Estado, sob a promessa de distribuição desses ingressos para o benefício de toda a população. No entanto, a monopolização da produção e da sua distribuição pelo Estado fez com que este cumprisse o papel dos capitalistas privados, mantendo a mesma essência de exploração da mão de obra assalariada em nome de um suposto benefício público.

empresas vinculadas às missões sociais. A possibilidade de descentralização produtiva e os incentivos à sua organização pelas comunidades foram evidenciados nesse número. Apesar disso, o chavismo incentivou o setor privado, sob auréola da unidade trabalhadores, Estado e empresas privadas.

A importância do setor privado é comprovada nas palavras de Chávez (2005, 2011):

Esse governo é de todos e para todos. Incluímos os mais ricos e os mais pobres, desde o mais negro até o mais branco, passando por crianças, mulheres, homens, camponeses, jovens e anciãos. Meu compromisso é com todos. O êxito do crescimento econômico não é do governo. É dos trabalhadores dos setores público e privado. É dos verdadeiros gerentes, dos empresários privados e dos investidores honestos, que são maioria. Ratifico o meu reconhecimento e os aplaudo (...). Confirmando minha mensagem ao setor privado: nós queremos uma ação coordenada entre governo, Estado, setor privado e trabalhadores. Isso permitirá a continuidade do processo de reindustrialização, a democratização econômica, o impulso a um modelo econômico e produtivo diversificado, como estabelece nossa Constituição. Isso permitirá a geração de riqueza e sua distribuição para todos (...) (CHÁVEZ, 2005, p. 19-25). (Tradução nossa.)

(...) Alguns deputados opositores falaram que há na Venezuela um projeto comunista. Inexiste esse projeto em nosso país! O comunismo prevê a eliminação do Estado e do setor privado. Isso não está previsto em nosso país. Não me compararei aos comunistas. Não há comparação (...). Existem pessoas que creem que eu, esse mero soldado da revolução, tenho embaixo da manga um projeto comunista. Revisemos um pouco o comunismo. Reafirmamos que o setor privado nacional terá o nosso incentivo, desde que trabalhem. Buscaremos a elevação da produção nacional de nossas empresas (...). O governo e o setor privado deverão dialogar para defender o interesse nacional. Não estamos aqui para nos aniquilarmos (...). Felicito as empresas privadas que cumprem, como afirma nossa Constituição, sua razão social (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 55-6, 82 e 84). (Tradução nossa.)

A proposta chavista de transição ao socialismo reivindica para as Empresas de Produção Social (EPS) um papel de destaque. Elas são essenciais para a passagem venezuelana a um novo modo de produção, pois permitirão o surgimento de novas relações sociais e produtivas. Segundo o plano Simón Bolívar (2006):

As EPS são entidades econômicas dedicadas à produção de bens e serviços, nas quais o trabalho tem significado próprio, não alienado e autêntico (...) a produção é baseada no planejamento realizado pelos trabalhadores, e eles se apropriarão do excedente econômico produzido, repartindo-o proporcionalmente à quantidade de trabalho aportado. A gestão será democrática e participativa, contemplando todos os trabalhadores (...) (Proyecto Nacional Simón Bolívar, 2006, p. 62-3). (Tradução nossa.)

O estímulo estatal é fundamental para o surgimento das EPS. Por isso, a exportação de petróleo foi vista enquanto essencial na Venezuela. A Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA) tem o papel de financiar a criação dessas empresas, possibilitando a descentralização produtiva. Como a formação das EPS perpassa pela auto-organização dos trabalhadores, por meio das missões sociais e dos conselhos comunitários, seu incentivo proporciona a transitoriedade para o novo socialismo.

Destacamos também que a nacionalização dos hidrocarbonetos não resultou na proeminência estatal na sua exploração. Foi desenvolvida a associação entre a PDVSA e o setor privado internacional, por meio das Empresas Mistas. Com isso, o chavismo intencionou a ampliação da extração desse recurso natural, elevando a arrecadação estatal, importante para o fim da dependência econômica do país em relação ao petróleo.

Diante do exposto, concordamos com as observações de Wallace Moraes direcionadas ao não rompimento do chavismo com o capitalismo, mas apenas com o neoliberalismo. Tal elemento derivou da necessidade do atendimento às reivindicações de reformas sociais da população, em virtude do desgaste socioeconômico propiciado pelas políticas neoliberais da década de 1990 (MORAES, 2011).

Segundo o filósofo Vladimir Garcia, a dualidade chavista se expressou na atuação da PDVSA. Ao mesmo tempo em que reconhece a possibilidade de transitoriedade pacífica para o socialismo, Garcia critica a atuação dessa estatal. Segundo ele, os recursos financeiros provenientes da exportação de petróleo são destinados aos programas socioeconômicos do governo e, concomitantemente, à ampliação da acumulação de capital de setores da burguesia nacional venezuelana, pois financia ambos os setores (GARCIA, 2009).

As contradições do chavismo perpetuaram a estrutura econômica herdada da década de 1990. Como a revolução bolivariana é pacífica e democrática, o combate à burocracia e às transformações na estrutura estatal foram lentas. A permanência da burocracia anterior ao chavismo nas estruturas estatais dificultou a transitoriedade ao socialismo. Isso contribuiu para a permanência da possibilidade de uma contrarrevolução, como ocorrido em abril de 2002 (ÁLVAREZ, 2010).

A desarticulação da burocracia estatal é essencial para a irreversibilidade da revolução venezuelana. Se não ocorrer, a revolução estará sempre ameaçada por opositores, que já não detêm a proeminência política, mas mantêm um sólido poder

econômico. Dessa forma, os grupos contrarrevolucionários almejam a destruição do chavismo para recuperarem seus poderes e privilégios.

Segundo Álvarez, a busca da substituição do Estado burocrático pelo revolucionário tem de ser constante no chavismo. O novo socialismo vigorará, apenas, quando os resquícios da IV República forem completamente eliminados e a consolidação do controle popular sobre os processos de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços ocorrer (ÁLVAREZ, 2010).

Nesse sentido, reiteramos que as EPS são fundamentais para o socialismo do século XXI venezuelano. Como afirmado por Álvarez, a produção comunal é essencial para a construção do socialismo venezuelano. Ela garantirá o livre desenvolvimento dos trabalhadores e não mais servirá aos objetivos privados de burocratas ou capitalistas (ÁLVAREZ, 2010). A transitoriedade venezuelana para o socialismo advirá do incentivo às propriedades sociais. Elas farão com que os trabalhadores sejam sujeitos ativos no planejamento e direcionamento da produção.

A construção do novo socialismo acabará quando a democratização da produção for realizada. A auto-organização dos trabalhadores e sua autonomia produtiva são essenciais para a edificação do socialismo. A nacionalização das empresas e o controle estatal por si só não permitem a emancipação dos trabalhadores.

Por isso, os *consejos comunales*, a controladoria social e os conselhos de fábrica, desenvolvidos de forma embrionário na Venezuela chavista, são elementos relevantes. Eles consistem em formas de participação e controle cidadão dos rumos econômicos, além de serem espaços que contribuem para a elevação da conscientização popular.

Segundo El Troudi e Monedero, o socialismo do século XXI derivará dos seguintes elementos: (i) participação cidadã, primordial para a promoção da democracia revolucionária e do poder popular, pois desenvolve um sujeito planificador, controlador dos assuntos públicos; (ii) a aliança cívico-militar; (iii) a inclusão social, realizada a partir das missões sociais; (iv) a disponibilização de créditos para microempresários, cooperativas e organizações produtivas; (v) descentralização produtiva, atendendo às especificidades de cada localidade; (vi) criação de uma nova institucionalidade do Estado, controlada pela população e (vii) fomento à autonomia dos trabalhadores na produção (EL TROUDI E MONEDERO, 2006).

O nacional-estatismo venezuelano se dá com a coexistência de EPS, empresas estatais e privadas. O Estado controla os meios de produção estratégicos, como o

petróleo ou a mineração e, paralelamente, desenvolvem-se os demais setores. O crescimento das EPS foi, como dito, fundamental para que o modelo produtivo venezuelano se consolidasse. Por isso, o Estado venezuelano ofereceu a essas empresas incentivos fiscais, financiamento e maquinário (TROUDI, 2006).

As EPS simbolizaram a transição venezuelana ao socialismo, portanto, a compreensão da direção do seu excedente produtivo é imperiosa. Em virtude do seu caráter social, sua lucratividade não se destina às mãos de um pequeno grupo de burocratas, mas deve ser reinvestida na sociedade, como abordado por El Troudi e Monedero. Não apenas a produção organizada dos trabalhadores ou das comunidades seria incentivada, mas também os projetos sociais, a fim de que os trabalhadores sejam convertidos em sujeitos ativos da produção e do seu destino final (TROUDI E MONEDERO, 2006).

O nascimento das EPS ocorre em um mundo em que predominam relações econômicas movidas pela busca incessante do lucro e da rentabilidade. Com isso, a associação da economia popular com a mercantil torna-se parte integrante da transitoriedade ao novo socialismo. O intervencionismo estatal transformará o modelo produtivo, permitindo a emanação e a consolidação do novo socialismo (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008).

O socialismo do século XXI permitirá o estabelecimento de uma nova relação do homem com o trabalho. O incentivo às propriedades sociais proporcionará a existência de novas organizações produtivas, possibilitando a superação de valores do capitalismo, tais como o egoísmo e o individualismo.

Ao mesmo tempo, o novo socialismo incentivará uma nova composição social da coletividade. Assistiremos ao máximo desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, bem como a satisfação das suas necessidades materiais, intelectuais e espirituais (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008).

A emanação do socialismo também perpassa pela participação popular, por isso, no caso venezuelano, as missões sociais e os *consejos comunales* são relevantes. Eles estabelecem redes solidárias de produção, circulação, distribuição e consumo de bens, produtos e serviços. Nesse sentido, o investimento do lucro das empresas estatais na economia popular é fundamental (OBEDIENTE e VARGAS-ARENAS, 2008).

Propusemo-nos, nesse artigo, analisar o socialismo do século XXI nos três casos estudados. As imprecisões conceituais em relação às propostas concernentes a esse modo de produção nos desafiaram. Diante disso, avaliamos a proposta do

socialismo do século XXI separando suas medidas produtivas do discurso reivindicativo de um relacionamento diferenciado entre os homens, sustentado, por exemplo, na solidariedade, igualdade e justiça social.

Constatamos que, economicamente, as medidas dos proponentes do novo socialismo resgataram a tradição nacional-estatista latino-americana. As críticas ao Estado mínimo, predominante no neoliberalismo, abriram caminho para o advento do intervencionismo estatal, tendo como consequência a proposição de uma nova estrutura produtiva. Esta é marcada pela nacionalização dos recursos naturais, pela diversificação da produção e pelo apoio financeiro do Estado às empresas privadas e, de forma muito embrionária, às populares.

Os três projetos valorizaram o setor privado e sua parceria com empresas estatais. Essa união foi pleiteada por proporcionar o desenvolvimento econômico, permitindo a geração de emprego e renda. A descentralização produtiva, por meio da economia popular e comunitária, foi reivindicada como mais um elemento propiciador de crescimento econômico.

Como asseveramos anteriormente, o novo socialismo age no imaginário coletivo. A reivindicação da solidariedade e da justiça social atua na consciência da população. Com isso, presenciamos embates contra o individualismo e o egoísmo, características intensificadas na fase neoliberal do capitalismo.

Avaliamos que a construção do socialismo sul-americano fundamenta-se na utilização de princípios do cristianismo, indigenismo, iluminismo, keynesianismo e marxismo, por exemplo. No início deste artigo, sublinhamos nossa dificuldade de defini-lo teoricamente. A junção de variadas teorias fez com que nos deparássemos com algo novo, que é (re) construído continuamente.

Esses argumentos, no entanto, não fazem com que nos abstenhamos de algumas conclusões. A proposta do socialismo do século XXI é totalmente diferente de qualquer experiência histórica. Analisamos que a sua construção é direcionada ao combate ao neoliberalismo. A intervenção estatal na economia, a reivindicação de novos valores sociais, a emanção de uma cultura fincada na solidariedade e na humanização da relação capital-trabalho são demonstrações da sua antítese em relação ao neoliberalismo.

Não acreditamos que o novo socialismo represente, pelo menos neste momento, um modo de produção alternativo ao capitalismo. Cremos na sua vinculação

à tradição nacionalista sul-americana e aos seus princípios, como intervenção estatal na economia e realização de reformas sociais.

Expusemos anteriormente que apontaríamos os elementos que formariam um *minimum* socialismo do século XXI. Acreditamos que as seguintes características estão contempladas nessa proposta:

- i. repúdio aos efeitos socioeconômicos do neoliberalismo;
- ii. intervencionismo estatal na economia, expresso na nacionalização dos recursos naturais, no fomento às pequenas e médias empresas e no incentivo à diversificação produtiva;
- iii. constituição de programas sociais distributivos de renda;
- iv. difusão dos valores de solidariedade, igualdade, justiça social e proeminência do coletivo sobre o individual;
- v. democratização das instituições estatais e apoio à participação popular;
- vi. apoio à associação público-privada e à economia comunitária/popular;
- vii. utilização do imaginário socialista para a conscientização das massas;
- viii. apoio ao multilateralismo nas relações internacionais e à integração sul-americana.

As características enumeradas acima compõem a nossa visão analítica sobre o socialismo do século XXI nos três países abordados nesse artigo. Como afirmarmos ao longo deste trabalho, além de resgatar a tradição nacional-estatista presente na região desde a década de 1930, acreditamos que a reivindicação desse novo socialismo ocorreu como uma forma de combate ao neoliberalismo e para a construção de um imaginário social que ensinasse na população a necessidade de lutas sociais.

Fontes (Por ordem de aparição no artigo)

FRIAS, Hugo Chávez. *Yo soy así - 7 de agosto de 2011*. IN: “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias*”. Op. Cit. P. 372.

_____, *Nosotros somos gente de palabra. 16 de octubre de 1998*. IN: “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frias*”. Op. Cit. p. 270-273.

_____, *O discurso da unidade*. Caracas, Edições Socialismo do Século XXI, n° 1. Janeiro de 2007.

_____, *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008.* Disponible em: http://www.alopresidente.gob.ve/material_alo/12/p--19/tp--31/ Acceso: Fev/2011. P. 53.

_____, *Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011.* Disponible em: <http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2011/01/Mensaje-Anual-a-la-Asamblea-Nacional-2010.pdf> Acceso: Fev/2011.

_____, *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008.* Op. Cit. P. 14.

_____, *En las fronteras de un tiempo. 4 de marzo de 2007.* IN: “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías*”. Op. Cit. p. 245.

MORALES, Evo. *Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales en la XV Cumbre del Cambio Climático, Copenhague.* Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=16> Acceso: Nov/2011.

LINERA, Álvaro García. *Discurso del ciudadano vice-presidente de la República Álvaro García Linera.* Op. Cit. p. 5.

CORRÊA, Rafael, *Intervención en la Universidad Nacional de Asunción – Ponencia magistral: mensaje a los estudiantes sobre el socialismo del siglo XXI. Asunción, 23 de marzo de 2009.* Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/03-23-09%20Discurso%20en%20Asunci%C3%B3n.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 13.

_____, *Intervención en el encuentro de partidos políticos de Izquierda em Ciespal. Quito, 12 de noviembre de 2010.* Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/121110_Saludo-del-Presidente-durante-el-reconocimiento-de-Fe-y-Alegria-en-el-salon-de-banquetes-de-Carondelet.pdf Acceso: Fev/2010. P. 36.

_____, *Intervención Conferencia Magistral sobre el socialismo del siglo XXI.* Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/12-08-Conferencia_socialismo_sigloXXI_Iran.pdf Acceso: Fev/2011. P. 20-21.

_____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa, ante el consejo de las Américas. Nueva York, 25 de septiembre de 2007.* Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/11/2007-09-25-Discurso-Ante-la-Conferencia-del-Consejo-de-las-AmC%CC%A7ricas.pdf> Acceso: Fev/2011.

_____, *Intervención presidente de la república ante la comisión legislativa en el 2º año del gobierno. Discurso segundo año de mandato – Rafael Corrêa* Disponible em: http://presidencia.gob.ec/discursos/01-15-09Discurso_segundoAnioGestion.pdf Acceso: Fev/2011. P. 33-34

FRIAS, Hugo Chávez. *En las fronteras de un tiempo. 4 de marzo de 2007.* Op. Cit. P. 248-249, 250 e 257.

LINERA, Alvaro García. *Del Liberalismo al Modelo Nacional Productivo - Los ciclos de la economía boliviana – los ciclos de la economía boliviana.* Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/revista_analisis_3.pdf Acceso: Fev/2012. P. 16-17.

_____, *Del Estado aparente al Estado integral – la construcción democrática del socialismo comunitario.* Disponible em:

http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_8.pdf Acceso: Jan/2012. Op. Cit. P. 12.

_____, *Del Liberalismo al Modelo Nacional Productivo - Los ciclos de la economía boliviana*. Op. Cit. p. 6-7.

CORRÊA, Rafael, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa en el 50º aniversario de la revolución cubana*. Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/01-08-09%20Discurso%2050%20aniversario%20Cuba.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 34-35

_____, *Discurso al inaugurar el World Business Forum Latinoamerica, Aila, 2010 - "Complementación Público - Privada para la Generación de Desarrollo Sostenible" - Guayaquil, 30 de noviembre de 2010*. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/301110_worldbusiness.pdf Acceso: Fev/2011. P. 63.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación” (2007-2013). Caracas, Ediciones de la Presidencia de la Republica. 2007. P. 60-61.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación”. Op. Cit. P. 61-62

FRIAS, Hugo Chávez. *Hacia la victoria admirable contra la burguesia y el imperialismo*. Op. Cit. p. 15.

_____, *Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011*. Disponible em: <http://www.psuve.org.ve/wp-content/uploads/2011/01/Mensaje-Anual-a-la-Asamblea-Nacional-2010.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 120.

_____, *Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, com motivo del mensaje anual a la asamblea nacional. Palacio Legislativo, Caracas, 14 de enero de 2005*. IN: 2005 – Año del salto adelante. p. 19-25.

_____, *Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011*. Op. Cit. P. 55-56, 82 e 84.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación”. Op. Cit. P. 62-63.

_____, *Discurso da Unidade*. Op. Cit. P. 51.

_____, *Palabras a las trabajadoras y trabajadores*. OP. Cit. p. 24-25.

Bibliografía

ACHA, Omar. *La historia latino-americana y los procesos revolucionarios: una perspectiva del bicentenario (1780-2010)*. IN: RAJLAND, Beatriz e COTARELO, María Celia. *La revolución en el bicentenario – reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos*. Buenos Aires, Clacso, 2009. 1ª Edição.

ÁLVAREZ, Víctor e RODRÍGUEZ, Davgla. *Guía teórico-práctica para la creación de EPS (Empresas de Producción Socialista)*. Caracas, Fundación la Pupila Insomne, 2008.

ÁLVAREZ, Víctor. *Del Estado burocrático al Estado comunal – La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana*. Caracas, Centro Internacional Miranda, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. IN: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

EL TROUDI, Haiman e MONEDERO, Juan Carlos. *Empresas de Producción Social - Instrumento para el Socialismo del Siglo XXI*. Caracas, Centro Internacional Miranda, 2006. 1ª Edição, P. 85-89. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/43743.pdf> Acesso: Out/2007.

FERRERAS, Norberto. *A sociedade de massas: os populismos*. IN: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (org). *História das Américas – novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

GAITÁN, Flavio. *O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimentismo – reflexões sobre a América Latina na Hora atual*. IN: BOSCHI, Renato R (org). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

GARCIA, Vladimir Lazo. *Transformar la transición en algo más drástico*. Disponível na edição “*Intelectuais, democracia e socialismo*” da *Revista Comuna – Pensamiento crítico en la revolución*. Caracas, ano 1, 2009, número 0.

MORAES, Denis de. *Imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297> Acesso: Dez/2011

MORAES, Wallace dos Santos de. *Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300593175_ARQUIVO_PorqueChavezchegouaopoderecomopermanecepormaisdeumadecada.pdf Acesso: Jan/2012.

OBEDIENTE, Mario Sanoja e VARGAS-ARENAS, Iraida. *La revolución bolivariana – história, cultura e socialismo*. Caracas, Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe – dos processos de independência aos dias atuais*. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

THOMAS, Victor Bulmer. *As economias latino-americanas, 1929-1939*. IN: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – Vol. VI – A América Latina após 1930*.

TROUDI, Haiman El. *Nos invitaron a debatir sobre el socialismo del siglo XXI: El nuevo modelo productivo socialista*. Caracas, 2006. Disponível em: <http://www.fundacite.lara.gov.ve/material/ieesp.pdf>. Acesso 16 Jul. 2007.

Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. IN: _____, Op. Cit.

URQUIDI, Víctor L. *Otro siglo perdido – Las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005)*. México, Fondo de Cultura Economía, 2005.